

ADPEMA



Notícias

Informativo da Associação do Defensores Públicos do Estado do Maranhão

Nº 6 - 06/07/2015

ADPEMA Notícias 6



06/07/2015 - Minicurso O Novo Código de Processo Civil reúne Defensores Públicos do MA na Escola Superior do Estado



A Escola Superior da Defensoria Pública do Estado (ESDPE/MA) promoveu até a última sexta-feira (03), em sua sede no São Francisco, o minicurso “O Novo Código de Processo Civil”, ministrado pela Doutoranda em Direito Processual e Defensora Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira. O minicurso teve a participação de Defensores Públicos do Maranhão, estagiários, servidores da DPE/MA, além de juizes e promotores de justiça, que lotaram o auditório da Escola.

Na mesa de abertura que aconteceu na noite de quinta-feira (02) estiveram presentes o Subdefensor Geral do Estado, Werther Junior, o Diretor da Escola Superior da DPE/MA, Marcos Vinicius Fróes, a Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), Clarice Binda, e a Defensora Pública do Estado do Mato Grosso do Sul e Palestrante, Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira.

De acordo com a Presidente da ADPEMA, Clarice Binda, "este curso é de grande importância para nossa carreira, haja vista que o novo CPC destaca o papel da Defensoria Pública, reconhecendo que sem a Defensoria Pública não há tutela adequada das minorias e dos hipossuficientes no processo civil brasileiro. Parabéns a Escola Superior pela preocupação em aperfeiçoar a atuação do Defensor Público com cursos e professores de alta qualidade acadêmica.", destaca.

Perfil

Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira é doutoranda em Direito Processual Civil pela PUCSP, mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru, especialista em Direito Processual Penal pela Universidade Católica Dom Bosco e graduada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso. É também professora universitária, já tendo ministrado aulas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, na AEMS em Três Lagoas/MS, na Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP e no Curso Preparatório para Concursos Pró-Ordem de Marília/SP.

04/07/2015 - DEFENSORIA PÚBLICA MODO DE FAZER atinge mais de 1.500 seguidores no Facebook



Ser Defensor Público é estar à frente de grandes desafios. A efetivação do acesso à Justiça e a Cidadania são um dos pilares desta carreira aguerrida em diferentes esferas sociais. Com essa percepção, o Defensor Público lotado no Núcleo Regional de Imperatriz (DPE/MA), Ígor Arruda, criou a página-comunidade na rede social Facebook "DEFENSORIA PÚBLICA – MODO DE FAZER" como forma de ampliar a discussão acerca de atividades relacionadas ao exercício do cargo de Defensor Público.

De acordo com o Defensor Ígor Arruda "a ideia surgiu como forma de divulgar o trabalho da Instituição Defensorial, condensando em uma rede social tão acessada (Facebook) artigos e textos críticos de Defensores Públicos (Estaduais, Distritais e Federais), notícias jurídico-sociais, geralmente relacionadas à Defensoria Pública, dicas de concursos públicos e dicas forenses aos concurreiros interessados nesta instigante Carreira, dicas de Português Jurídico, essencial a todo Operador do Direito, e outros temas relacionados à atuação da Defensoria Pública e de seus membros", declara.

Com uma página que traz uma abordagem prática, real, além de explorar o atual formato exigido nos concursos públicos, o autor Ígor Arruda avalia que os Seguidores terão na aludida página "uma fonte de informações concretas, do pensamento dos atuais Defensores, dos problemas enfrentados no dia a dia forense e na difícil missão de defender os Necessitados em um país desigual, discriminatório e econômica e socialmente segregador".

"Toda pessoa que tem 'sensibilidade social' e desejo de mudança do atual estado das coisas almeja ajudar os outros, de modificar situações socialmente inaceitáveis, de colaborar com uma sociedade mais solidária e menos violadora, com um Estado mais efetivo e menos omissor. Meu anseio de ser membro da Instituição Defensoria Pública surgiu com este propósito, de ingressar no novo, numa Instituição com real capacidade de mudança social, de efetivar garantias republicanas e concretizar desejos, sonhos e interesses de inúmeros brasileiros, muitas vezes esquecidos, quiçá invisíveis.", ressalta Ígor Arruda.

A página "DEFENSORIA PÚBLICA – MODO DE FAZER" atingiu a marca de 1.500 seguidores em menos de 40 dias de sua existência. Ígor Arruda acrescenta que "as redes sociais no Brasil tem utilização das mais variadas formas, não servindo apenas para interação social 'on-line' entre seus usuários, sendo bastante procurada como fonte de conhecimento, já que quase todo Órgão Público tem sua página institucional no Facebook, como Defensorias Públicas, Ministérios Públicos, figurando a rede social como concentração de informação e conhecimento geral".

Para conhecer a página "DEFENSORIA PÚBLICA – MODO DE FAZER", acesse: "<https://www.facebook.com/defensoriamodofazer>"

Saiba mais sobre o Autor

Ígor Araújo de Arruda é Defensor Público na Defensoria Pública do Estado do Maranhão desde Abril/2012, aprovado no IV Concurso Público da DPE/MA (CESPE/2011-2). Titular no Núcleo Regional de Imperatriz/MA (NRIMP) desde maio/2014 com atuação ordinária na Defesa Criminal e Tribunal do Júri (3.^a Vara Criminal) e extraordinária na Defesa das Mulheres Vítimas de Violência (Doméstica, Familiar ou Afetiva). Titular no Núcleo Regional de Açailândia/MA (NRACAI) por 02 (dois) anos com atuação na Defesa Criminal, Tribunal do Júri, Execução Penal, Infância e Juventude Infracional e Tutela Coletiva Penal. Especialista em Direito Público pela Pós-Graduação Anhanguera-Uniderp (Convênio Rede LFG). Aprovado Defensor Público no 2.º Concurso Público da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco - DPE/PE (CESPE/2014-5). Aprovado Defensor Público no 1.º Concurso Público da Defensoria Pública do Estado da Paraíba - DPE/PB (FCC/2014-5). Foi Advogado Privado no Estado da Paraíba.

01/07/2015 - Projeto "Central de Conciliação" é premiado no I Concurso de Práticas Exitosas da DPE/MA

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a conciliação consiste em uma forma de resolução de conflitos na qual um terceiro, neutro e imparcial, chamado conciliador, através de sua orientação direta, facilita a comunicação entre pessoas que mantêm uma relação pontual na busca de seus interesses e na identificação de suas questões, com vistas a um acordo satisfatório para ambas.

Em vista de dar maior efetividade a resolução dos litígios que se apresentavam diariamente, o Defensor Público com atuação no Núcleo Regional de Viana/MA, Bruno Borges de Carvalho, criou a Central de Conciliação. De acordo com o idealizador deste projeto de atuação coletiva, a Central de Conciliação constitui mecanismo de atuação extrajudicial, criado em junho de 2014, no âmbito da Defensoria Pública do Estado, pelo Núcleo Regional de Viana, com o objetivo de resguardar o interesse dos assistidos, imprimindo maior celeridade na solução de conflitos sem deixar de observar a eficiência e segurança jurídica alcançada por intermédio de ações judiciais.

O projeto, premiado como uma das práticas exitosas dos Defensores Públicos do Maranhão, consiste em deslocar todos os atendimentos que chegam à Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) relacionados a possíveis demandas que permitam transação e em que ambas as partes residam na Comarca, para que sejam atendidos de forma conjunta na última semana de cada mês, buscando sempre a conciliação entre as partes.

Entre os benefícios institucionais alcançados estão: solução célere que atendam os interesses dos assistidos; maior eficiência na composição dos conflitos, evitando possíveis problemas futuros e ocasionando maior satisfação por ambas as partes na realização do acordo; otimização do trabalho do defensor público, na medida em que não há necessidade de elaboração de petição inicial, comparecimento em audiência de conciliação, instrução e julgamento, manifestação nos autos sobre atos ordinatórios ou decisórios e interposição de eventuais recursos, entre outros.

De acordo com o defensor Bruno Borges, este projeto já tinha sido idealizado em outro estado, porém no Maranhão foi aprimorado dando assim excelentes resultados. “A Central de Conciliação foi idealizada quando ainda integrava os quadros da Defensoria Pública de Rondônia, tendo o referido mecanismo sido timidamente implementado na Comarca de Ariquemes/RO, mas que não teve tempo hábil para ser aprimorado e observado o seu possível sucesso dada a nomeação na Defensoria Pública do Estado do Maranhão”.

No período de junho de 2014 a abril de 2015, o projeto realizou 143 acordos envolvendo alimentos, direito de vizinhança, questões possessórias, rescisão de contrato particular, partilha de bens; 32 divórcios consensuais; 26 retificações de registro civil por erro material; alcançando o total de 201 acordos extrajudiciais celebrados, evitando a realização e acompanhamento pelo Defensor Público de aproximadamente 304 audiências; 304 manifestações por quota ou intermediárias e 169 recursos.

Saiba mais

No dia 22 de maio deste ano foi realizado o I Concurso de Práticas Exitosas da DPE/MA. Com a organização da Escola Superior da Defensoria Pública do Maranhão (Esdep/MA), Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) e Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), Defensores Públicos do Maranhão participaram com grandes projetos desenvolvidos no âmbito da Defensoria.

Os vencedores do concurso foram: 1º LUGAR - Da importância da participação popular nas atividades da Defensoria Pública e da eficácia da atuação conjunta dos órgãos de execução penal na luta da dignidade humana nos presídios (Defensores Públicos: Vitor Eduardo Tavares Oliveira, Igor Raphael de Novaes Santos, Clara Welma Florentino e Silva e Thiago Manoel Cavalcante Amin Castro); 2º LUGAR - Gato por Lebre: Investigação das ilegalidades na prática do cartão de crédito com reserva de margem de consignável- RMC (Defensor Público Jean Carlos Nunes Pereira); e 3º LUGAR - Central de Conciliação (Defensor Público Bruno Borges de Carvalho).

30/06/2015 - ANADEP receberá artigos para segunda edição do livro ? Defensoria Pública, Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares

A Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF), a Articulação Justiça e Direitos Humanos- JusDH, o Colégio de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil (CODPB), Fórum Justiça (FJ), Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP) e a Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (RENAJU) lançarão a segunda edição do livro **“Defensoria Pública, Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça”**. A publicação tem como objetivo visibilizar e construir, em perspectiva crítica e interdisciplinar, conhecimentos e práticas em torno da atuação da Defensoria Pública junto a movimentos sociais, em parceria com a Assessoria Jurídica Popular, organizados na defesa, proteção, concretização e efetivação de direitos humanos e fundamentais no Brasil.

Interessados em colaborar com a obra terão **até o dia 30 de setembro** para enviar artigos via email para o endereço eletrônico **secretaria@anadep.org.br**, no formato .doc, com o assunto **“Chamada de artigos para publicação em livro”**. Poderão participar: profissionais do campo jurídico (defensores/as públicos/as, advogados/as populares, professores/as, pesquisadores/as, procuradores, membros do ministério público, juizes/as, dentre outros profissionais), assistentes sociais, psicólogos, antropólogos, sociólogos, pedagogos, entre outros profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação, assim como militantes de movimentos sociais e populares ligados ao tema geral da publicação.

Os artigos deverão ter entre 15 e 20 laudas e poderão ser escritos em coautoria, sendo permitido o máximo de três coautores(as) por artigo. Cada autor poderá submeter, no máximo, dois artigos para publicação, podendo ser selecionado até dois artigos por cada autor. Serão aceitos somente artigos inéditos, escritos em português, espanhol, francês ou inglês não publicados em livro, em revistas especializadas, sites ou na imprensa em geral.

O resultado da seleção deve ser divulgado até 10 de dezembro de 2015. A previsão de lançamento do livro é no primeiro semestre de 2016.

30/06/2015 - ADPEMA e Instituto Paulo Freire debatem Projeto de Educação em Direitos



A Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), Clarice Binda, aproveitando viagem pessoal, reuniu-se com as Diretoras Pedagógicas do Instituto de Ensino Paulo Freire (IPF), Angela Antunes e Francisca Pini, em São Paulo, na tarde da última sexta-feira (26), para discussão da parceria para o projeto de educação em direitos nas escolas públicas do Estado do Maranhão.

O projeto de Educação em Direitos é uma parceria entre Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) e Secretaria de Estado da Educação (Seduc/MA) e desenvolverá educação em direitos humanos aos estudantes do ensino médio da rede pública de ensino, proporcionando acesso a informações aprofundadas sobre cidadania e direitos humanos. O projeto prevê que o Instituto Paulo Freire será o responsável pela formação dos professores e defensores públicos para atuação nas salas de aulas das escolas.

De acordo com a Presidente da ADPEMA, "A parceria com o IPF potencializará a concretização do objetivo do projeto que é promover a cidadania plena da população vulnerável do Estado por meio da educação", destaca.

No dia 20 de maio passado, foi assinado o termo de cooperação entre as três instituições (ADPEMA, DPE/MA e Seduc), como parte da programação da Semana do Defensor Público, alusivo ao Dia Nacional da Defensoria, comemorado no último dia 19 de maio. Na ocasião estavam presentes o Subdefensor Geral, Werther Lima Junior, representando a Defensora Geral; a Presidente da ADPEMA, Clarice Binda; a Secretária Estadual de Educação, Áurea Prazeres; o Secretário Adjunto de Projetos Especiais da Seduc, Odair José Soares; o Supervisor de Temas Socioeducacionais, Luís Câmara Pedrosa, e a Assessora Graça Ferreira.

O projeto já executado em outras unidades federativas, como o Distrito Federal, foi reformulado para atender às peculiaridades das unidades educacionais do Maranhão. A Seduc deverá indicar a escola piloto para receber a primeira etapa do projeto. Em contrapartida, a Defensoria Pública indicará os defensores públicos participantes e os servidores da instituição para acompanhar as atividades desenvolvidas, além de proporcionar a capacitação dos professores e dos defensores por meio da Escola Superior da DPEMA.

[Ver edições anteriores »](#)



Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão
Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP
65075-740

Tel./Fax: (98) 3199-6194

Cel: (98) 987583882

secretaria@adpema.com.br